



MERCOSUL/REMPM/ATA Nº 04/08

**“VI REUNIÃO ESPECIALIZADA DE MINISTÉRIOS PÚBLICOS DO
MERCOSUL”**

Realizou-se na cidade de Brasília, no dia 14 de novembro de 2008, a VI Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL (REMPM), com a presença de Delegações dos Ministérios Públicos dos seguintes Estados Partes: República Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai, e, ainda, dos seguintes Estados Associados: República da Bolívia e República do Chile.

Deixa-se registrado que foram convidados, igualmente, a República Bolivariana da Venezuela, Estado em processo de adesão iniciado em 2006, e os demais Estados Associados: República da Colômbia, República do Equador e República do Peru; que não puderam comparecer, comprometendo-se a Presidência *Pro Tempore* com o envio da respectiva ata e de seus anexos.

Vale mencionar que a reunião preparatória à VI REMPM teve lugar, na cidade de Salvador, estado da Bahia, nos dias 25 e 26 de setembro de 2008, após realização de Curso de Cooperação Jurídica Internacional, na mesma cidade, entre os dias 22 e 24 de setembro, nos quais estiveram presentes representantes de todos os Ministérios Públicos dos países acima mencionados. Na ocasião, realizou-se, igualmente, Seminário de Difusão da Rede Ibero-americana de Cooperação Jurídica Internacional (IberREDE), destinando a membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, de Instituições de Capacitação dos dois ramos e demais atores judiciários dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL.

A lista das delegações participantes se encontra no **Anexo I**.

A agenda do encontro se encontra no **Anexo II**.

A ata da Reunião Preparatória a VI REMPM e seus anexos se encontram no **Anexo III**.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA



Iniciou-se a VI Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL com as palavras do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, como Coordenador Nacional no exercício da Presidência *Pro Tempore* brasileira, que deu as boas vindas aos delegados dos Ministérios Públicos do MERCOSUL.

Em seu discurso inicial, o Coordenador Nacional da REMPM enfatizou a importância desta Reunião como forma de intensificar a cooperação e a coordenação entre autoridades persecutórias de cada país, sendo esta a única maneira realmente eficaz de combater as grandes organizações criminosas na região.

Em seguida, os representantes dos demais países se apresentaram e agradeceram o convite.

A Presidência *Pro Tempore* deu continuidade aos trabalhos com a leitura da agenda preliminar, que foi aprovada por todos os presentes.

A seguir, a Dra. Sandra Cureau, Coordenadora da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, discursou sobre o papel do Ministério Público no Combate ao Tráfico Internacional de Bens Culturais.

Em sua apresentação, a Subprocuradora-Geral da República ressaltou a importância de uma cooperação mais concreta entre os países do Bloco, pois, segundo sua atuação nesta área, verifica-se que os bens culturais saem do Brasil com destino aos demais países do Mercosul e são exportados para a Europa. Portanto, as autoridades competentes brasileiras e dos demais Estados devem impor obstáculos à entrada desses bens, e devem prever mecanismos mais rigorosos de fiscalização.

Aproveitando a apresentação do tema, o Procurador-Geral da República formulou convite às delegações presentes para participarem do Seminário de Combate ao Tráfico de Bens Culturais que será

2



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA



realizado, na cidade de São Luís do Maranhão, entre os dias 10 e 12 de dezembro do ano curso.

Na seqüência, houve a exposição do Coordenador-Geral da Assessoria de Análise e Pesquisa da Procuradoria Geral da República – ASSPA, o Procurador da República no Distrito Federal, José Alfredo de Paulo Silva, no âmbito das discussões sobre o Sistema de Base de Dados Nacionais, com vistas ao desenvolvimento e aprimoramento da cooperação entre autoridades nacionais para o combate ao crime transnacional fronteiriço.

O Procurador da República fez referência ao projeto desenvolvido pelo Ministério Público Federal brasileiro, o qual reúne bases de dados nacionais existentes por meio de convênios com órgãos governamentais como a Receita Federal e o Ministério da Justiça. Dessa maneira, promove-se a celeridade de acesso às informações disponíveis e garante-se o caráter sigiloso das investigações.

O Dr. José Alfredo disponibiliza, nesse sentido, a equipe do Ministério Público Federal no que tange a pesquisa das bases de dados nacionais que podem auxiliar nas investigações dos demais Ministérios Públicos.

Dando cumprimento à agenda proposta, o membro da delegação da República do Paraguai, Dr. Juan Emílio Oviedo, como representante da Secretaria Técnica Permanente, fez as seguintes intervenções: em primeiro lugar, reiterou a importância da consulta à página web da Reunião Especializada, solicitando aos membros a remessa de documentos pertinentes para a constante atualização da mesma, incluindo, nesta, atividades de capacitação. Em seguida, informou sobre a atualização dos dados dos integrantes dos grupos de trabalho especializados em assistência jurídica e em direitos humanos e da planilha de pontos de contato para consulta permanente. Ademais, comunicou sobre o estado atual das informações remetidas, no que diz respeito aos formulários das estruturas dos Ministérios

3



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA



Públicos, proposta apresentada pelo Brasil durante a Presidência pro Tempore uruguaia.

Em seguida, deu-se início, pela delegação paraguaia, na qualidade de coordenadora do Grupo de Trabalho Especializado em Assistência Jurídica, aos trabalhos de compilação das informações obtidas pelo preenchimento dos Questionários de Assistência Jurídica Mútua, entregues durante a Presidência *Pro Tempore* argentina, e os coloca à disposição de todos.

Nesta oportunidade, foi alterada a agenda já aprovada e acolhida a manifestação do Procurador da República no município de Feira de Santana, Vladimir Aras, sobre cooperação jurídica internacional.

A Delegação Argentina agradeceu aos demais integrantes do Bloco o apoio prestado durante a Reunião Preparatória a VI REMPM, no que se refere ao projeto de lei sobre videoconferência, hoje subscrito pelo Procurador Geral da República Argentina, Dr. Esteban Righi, e que será remetido, em breve ao Congresso Nacional argentino.

A Delegação do Chile ressaltou que o tema da videoconferência constará do programa da próxima reunião de pontos de contato da IberREDE, que será sediada naquele país, possibilitando assim, a expansão do assunto nos países da América Central e do Caribe, além de Espanha e Portugal.

Durante a reunião Preparatória, os Estados Partes e Associados se comprometeram a enviar à Secretaria Técnica Permanente a listagem dos bancos de dados públicos e de acesso restrito de interesse para a investigação de crimes transnacionais, para tanto, foi sugerido pelo Ministério Público do Chile modelo de documento para unificar os critérios de respostas que serão dadas a estas demandas.

Desse modo, formulou uma proposta no sentido de que, em uma primeira etapa, as respostas fiquem restritas a alguns pontos específicos, podendo ser ampliados na próxima REMPM.

4



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA



Assim, se solicitou abordar respostas baseadas nos seguintes pontos:

- Fotos de pessoas;
- Impressões digitais
- Antecedentes penais;
- Antecedentes policiais;
- Movimentos migratórios;
- Informações patrimoniais (bens, imóveis, dentre outros).

O Ministério Público, quando não puder fornecer as informações solicitadas, deve indicar qual é autoridade competente no país .

O documento foi aprovado pelos presentes e solicitou-se, assim, que as respostas fossem entregues à próxima Presidência *Pro Tempore*, na primeira quinzena de março de 2009.

As delegações presentes assumem concordar, plenamente, com todas as resoluções tomadas no decorrer da Reunião preparatória em Salvador, inclusive, com o teor da respectiva ata.

Os participantes agradecem a Presidência *Pro Tempore* e a Procuradoria Geral da República Federativa do Brasil, pelo trabalho desenvolvido na organização da presente Reunião.

A Reunião acordou em realizar a VII REMPM e sua Preparatória na próxima Presidência *Pro Tempore*, a cargo do Ministério Público da República do Paraguai, em local e data a definir.

Havendo cumprido a agenda proposta foi encerrada a VI Reunião Especializada de Ministérios Públicos dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL.

5



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA



Estados Partes

República Argentina
Adrián Omar Marchisio
Secretario de la Procuración General de la Nación

República Federativa do Brasil
Antonio Fernando Barros e Silva de Souza
Procurador-Geral da República

República do Paraguai
Rubén Candia Amarilla
Fiscal General del Estado

República Oriental do Uruguai
Rafael Ubiria Alzugaray
Fiscal de Corte e Procurador General de la Nación

Estados Asociados

República da Bolívia
Juan Carlos Eyzaguirre Fuentes
Embaixada da República da Bolívia no Brasil
Segundo Secretário

República do Chile
Jorge Luis Valladares
Fiscal Nacional